

## **MULTICULTURALISMO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA LEITURA A PARTIR DE ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIODICOS EDUCACIONAIS.**

Luciano Francisco de Oliveira, Divino José da Silva. – Humanas – Pedagogia – Departamento de Educação – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

Temos como objetivo neste trabalho relatar, de uma forma sucinta, os resultados iniciais de nossa pesquisa sobre a questão do multiculturalismo bem como a questão do preconceito étnico existente dentro das várias esferas da sociedade assim como dentro dos espaços formativos.

Trata-se de uma discussão teórica sobre a questão racial e suas formas de manifestações em que nos baseamos em levantamento bibliográfico por nós realizado em revistas de educação.

Sabemos que durante séculos a discriminação e aviltamento tem sido uma prática constante na vida dos negros Afro–descendente. No Brasil este preconceito vem se formando e enrijecendo desde o período colonial da nossa História, sobretudo com a chegada dos primeiros navios negreiros.

Durante séculos esses negros “escravos” tiveram que permanecer às margens da sociedade e mesmo quando o Brasil se abriu para as primeiras experiências com mão–de–obra assalariada os negros foram postos de lado como mercadoria em plena decadência.

Ao que nos parece nem a lei do ventre livre, a lei da sexagésima e a abolição da escravidão foram capazes de inserir em pé de igualdade os negros dentro de uma sociedade marcada por valores e ideologias *elitista predominantemente branca*.

Por serem tratados como mercadoria ou moeda de troca, os negros foram colocados na posição de subjugados “uma coisa de outra espécie”. Não é à toa que muitos ainda hoje intelectuais ou não utilizam a palavra “raça” para distinguir negros e brancos.

Existe em nossa sociedade “o mito da democracia racial” em que negros e brancos comungam dos mesmo direitos e oportunidades. Alguns chegam a dizer que se existe algum tipo de preconceito no país, este está mais ligado à questão sócio–econômica do que a pigmentação da pele propriamente dita. No entanto se olharmos a nossa volta não custará perceber que este tipo de discurso não se sustenta e muito menos se efetiva na prática e que a questão da diferença da cor da pele em conjunto com o processo histórico da nossa nação nos darão provas cabais de que se existe um preconceito em relação aos menos desfavorecidos, isso se agrava se estes forem negros. Daí a nossa pergunta, não são a maioria dos excluídos negros?

O preconceito contra o negro e as práticas racistas têm se tornado algo tão corriqueiro e impresso na alma do ser humano que muitas vezes não se sabe onde começa e onde termina a ponta deste novelo recheado de rancor, ódio e intolerância.

Durante muito tempo a questão racial permaneceu adormecida no berço de nossa nação, mas ao que nos parece nos últimos tempos, sobretudo depois da criação do MNU – Movimento Negro Unificado a questão do negro tem ensaiado uma ruptura com a oclusão e uma discussão profunda tem tomado conta dos diversos segmentos da sociedade.

Um avanço ainda que tímido se percebe dentro da esfera social, principalmente com as ações afirmativas que forçou o governo a tomar medidas, ou seja, promover políticas de reparações, de reconhecimento e valorização de ações afirmativas.

Medidas que visassem ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofrido sob o regime escravista.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparação, no que cumpre ao disposto na constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadã ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos a margens, entre eles os afro–brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiças, ao reger–se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados. (BRASIL, 2004, p.11)

Outro aspecto interessante desta conquista tímida é a inclusão da disciplina “Introdução aos Estudos Africanos” no currículo oficial da rede estadual de 1º e 2º grau da Bahia.

Voltamos a denunciar a questão do mito da democracia racial afirmando que se no Brasil não existe racismo, porque todas essas medidas criadas no sentido de amparo aos milhares de negros brasileiros?

Em meio a esses processos, outros fatores extremamente significativos vêm somar-se à questão das formas de manifestações do preconceito: o ódio ao negro não somente pelo fato de ter sido escravizado, mas a repulsa expressa pela sua cor de pele.

Tais manifestações encontram-se presentes dentro do contexto escolar, pois ao receber e concentrar pessoas diferentes a escola se torna um núcleo de encontro multicultural o que acaba por ressaltar as diferenças culturais, pensamento e atitudes preconceituosas.

E é justamente a partir deste choque de culturas que se faz necessário uma pesquisa sobre a questão do multiculturalismo na tentativa de entender como esta questão tem sido trabalhada dentro dos espaços de formação.

Como esse multiculturalismo se articula com o dia-a-dia da sala de aula e como tem sido elaborados as suas propostas, uma vez que esta questão se faz presente dentro dos PCN –Parâmetros Curriculares Nacionais.

O preconceito esta presente dentro do espaço escolar não somente porque recebe dentro de suas dependências pessoas racistas, mas porque também acaba sendo uma correia de transmissão do mesmo, ora se utilizando de materiais didáticos cujo conteúdo só visa o esfacelamento de toda e qualquer tentativa de exaltação da história dos negros, ora não reconhecendo o valor da cultura negra atribuindo a ela um toque pejorativo e vulgar.

Neste caso o multiculturalismo teria um papel de extrema importância, pois ajudaria a entender as diversas identidades, a promoção de um pensamento mais adequado diante das diversidades e a elaboração de uma proposta de trabalho dentro dos espaços formativos.

Claro está que se por um lado essa proposta parece ser tida como boa em um primeiro momento, traz consigo, ainda, alguns questionamentos sendo um deles: no caso da reformulação da proposta curricular, quem seriam as pessoas que vão participar dessa tomada de decisão, e por quê?

Questões como Multiculturalismo, Racismo nos Livros Didáticos, Desigualdade Racial, Raça, Cultura Afro-brasileira e tantos outros são os grandes assuntos em pauta e que a cada dia têm tomado corpo e permitido um avanço significativo na luta do movimento negro.

Para o desenvolvimento desta pesquisa privilegiaremos o levantamento bibliográfico de artigos em periódicos educacionais brasileiros com boa qualificação no *qualis*. A princípio escolheremos 10 (dez) periódicos de maior circulação publicados entre 1995 e 2005. Caso seja necessário, em razão de eventual escassez de publicações, ampliaremos o número de periódicos a serem pesquisados.

O material encontrado será lido e organizado a partir das diferentes perspectivas e abordagens sobre o tema do multiculturalismo e formação de professores. Buscaremos identificar a matriz teórica utilizada pelos autores e sob quais aspectos eles se aproximam ou se distanciam. Neste caso, trata-se de uma leitura em que buscaremos elucidar os argumentos favoráveis ou contrários ao multiculturalismo em educação, bem como buscaremos verificar a pertinência deste debates para a formação de professores na realidade educacional brasileira.

Em se tratando de resultados e conclusões ainda não podemos afirmar muito, pois este projeto ainda se encontra em fase de desenvolvimento e teve seu início no mês de agosto de 2006. De acordo com nosso cronograma ainda estamos na fase de levantamento bibliográfico acerca dos temas, análise do material levantado.

No entanto, até agora encontramos poucas produções sobre o tema, talvez pelo fato da questão do multiculturalismo ainda ser, de certa forma, uma discussão recente aqui no país. Das leituras até agora feitas identificamos duas tendências sobre a questão do multiculturalismo, uma pautada pela concepção pós-estruturalista e uma concepção que se poderia chamar de “materialista”.

Neste sentido a concepção pós-estruturalista da questão multicultural seria apenas marcada por um processo lingüístico e discursivo, ou seja, as diferenças não podem ser concebidas fora do processo lingüístico, pois é por meio da linguagem que o preconceito encontra espaço para se perpetuar. Claro esta que a problemática também permeia as relações de poder.

São as relações de poder que fazem com que a “diferença” adquira um sinal, que o “diferente” seja avaliado negativamente ao “não –diferente”. Inversamente se há sinal, se um dos termos da diferença é avaliado positivamente (o “não–diferente”) e o outro, negativamente (“b diferente”), é porque há poder. (SILVA, 2002, p. 87)

De outra forma temos a concepção “materialista” que se baseia no pensamento de Karl Marx que enfatiza os processos institucionais, econômicos, estruturais que estariam na base da produção de todo o processo de construção da discriminação e desigualdade baseado nas diferenças culturais.

Assim, por exemplo, a análise do racismo não pode ficar limitada a processos exclusivamente discursivos, mas deve examinar também (ou talvez principalmente) as estruturas institucionais e econômicas que estão em sua base. O racismo não pode ser eliminados simplesmente através do combate a expressão lingüísticas raciais, mas deve incluir também o combate à discriminação racial no emprego, na educação, na saúde. (SILVA, 2002, p. 88)

Em suma o que podemos tirar disso é que um longo caminho ainda precisa ser traçado para melhor entender a questão do preconceito bem como a do multiculturalismo. O que verificamos são duas linhas de entendimento diferentes acerca das discussões do multiculturalismo que se distanciam, as quais vêm ganhando presença no debate educacional brasileiro.

## **Referências**

BITTAR, Amarilio Ferreira Júnior Marisa. **Educação Jesuítica e Crianças Negras no Brasil Colonial**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1995.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. **Eugenia: quando a biologia faz falta ao cidadão**. Revista Caderno de Pesquisa, 2001.

CARVALHO, Marília Pinto de. **A Historia de Alda: ensino, classe, raça e gênero**. Revista da Faculdade de Educação, 1996.

FRENETTE, Marcos. **Preto e Branco a importância da cor da pele**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira ; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas**. Revista da Faculdade de Educação, 2003.

KREUTZ, Lúcio. **Identidade Étnica e Processo Escolar**. Revista Caderno de Pesquisa, 2000.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corporeidade e Dança Afro-brasileira**. Comunicações: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Diferença e identidade: o currículo multiculturalista**. 2. ed., 3º reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

**Bolsa:** CNPq/PIBIC